

Demonstrações Financeiras

RC Participações S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

RC Participações S.A.
Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025.

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial.4

Demonstração do resultado5

Demonstração do resultado abrangente6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido7

Demonstração dos fluxos de caixa8

Notas explicativas às demonstrações financeiras9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
RC Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RC Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 11 de junho de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo, 09 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Bruno Araujo Santos
Contador CRC-SP291893/O

RC Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	323	2.297
Dividendos a receber	5	9.370	7.592
Impostos e contribuições a recuperar	5	5.301	4.444
Outras contas a receber – partes relacionadas	9	-	27.535
Total do ativo circulante		14.994	41.868
Não circulante			
Outras contas a receber		-	630
		-	630
Investimentos	6	154.178	162.594
Intangível	6	916	1.386
		154.994	163.980
Total do ativo não circulante		154.994	164.610
Total do ativo		169.988	206.478
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		7	4
Impostos e contribuições a recolher	7	1.021	753
Dividendos a pagar	8	22.004	16.110
Outras contas a pagar	9	-	28.380
AFAC		8.000	-
Total do passivo circulante		31.032	45.247
Não circulante			
Total do passivo não circulante		-	-
Total do passivo		31.032	45.247
Patrimônio líquido	10		
Capital social		82.551	82.551
Reservas de lucros		56.431	78.706
Ajuste de avaliação patrimonial – reflexo investida		(26)	(26)
Total do patrimônio líquido		138.956	161.231
Total do passivo e do patrimônio líquido		169.988	206.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais	11	(111)	(217)
Outras despesas operacionais	11	(255)	(288)
Resultado na alienação de investimentos, líquido	7	1.700	-
Participação no lucro de investida	6	23.911	24.693
Lucro operacional		25.245	24.188
Receitas financeiras		955	472
Despesas financeiras		(1.071)	(290)
Resultado financeiro líquido		(116)	182
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		25.129	24.370
Imposto de renda e contribuição social corrente		(311)	(14)
Lucro líquido do exercício		24.818	24.356
Média ponderada de ações no exercício	10	83.000.000	83.000.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		0,29	0,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	24.818	24.356
Total do resultado abrangente	<u>24.818</u>	<u>24.356</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Especial	Outros	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva para investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		83.000	(449)	4.050	56.085			-	142.660
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	24.356	24.356
Constituição de reserva legal		-	-	1.218	-	-	-	(1.218)	-
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório		-	-	-	-	-	-	(5.785)	(5.785)
Constituição de reserva		-	-	-	17.353	-	-	(17.353)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		83.000	(449)	5.268	73.438		(26)	-	161.231
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	24.818	24.818
Constituição de reserva legal		-	-	1.241	-	-	-	(1.241)	-
Efeito reflexo de investida		-	-	-	-	(13.664)	-	-	(13.664)
Baixa na transação de venda de part.		-	-	-	(27.535)	-	-	-	(27.535)
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório		-	-	-	-	-	-	(5.894)	(5.894)
Constituição de reserva		-	-	-	17.683	-	-	(17.683)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		83.000	(449)	6.509	63.586	(13.664)	(26)	-	138.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		24.818	24.356
Ajustes de:			
Equivalência patrimonial	6 b	(23.911)	(24.693)
Amortização de intangível	11	255	289
Resultado líquido na venda de participação	6 j	(1.700)	
Juros e variações monetárias líquidas		(528)	
Imposto de renda e contribuição social		311	-
Variações nas contas patrimoniais:			
Impostos a recuperar		(857)	(540)
Outras contas a receber		28.165	-
Dividendos a receber		(1.778)	(746)
Fornecedores		2	(3)
Impostos a recolher		267	309
Outras contas pagar		(23.887)	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais		1.158	(1.028)
Impostos sobre o lucro		-	680
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		1.158	(348)
Adiantamento para aquisição de ações	6	(11.132)	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		(11.132)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	8.000	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		8.000	-
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.974)	(348)
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.297	2.645
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		323	2.297
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(1.974)	(348)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 Contexto operacional

A RC Participações S.A. (“Companhia”) é uma *holding* de instituição financeira, que em seu Estatuto Social tem como objeto social única e exclusivamente a participação acionária em instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que está constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A RC Participações S.A. é formada pelos sócios quotistas RuasInvest S.A. e VT Cunha Participações Ltda. No entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre e os sócios/quotistas, independente do percentual de participação.

A RC Participações atualmente possui investimento no Banco Luso Brasileiro S.A., onde detém 41,03% de quotas de participação (em 2024 – 49,23%), sendo o Banco Luso uma instituição financeira especializada na concessão de diferentes tipos de crédito e na prestação de serviços para Companhias de médio e grande porte, especificamente no setor de transportes coletivos e também é quotista na Lusoseg Administradora e Corretagem de Seguros Ltda. com 41,7% de quotas de participação. A Lusoseg presta serviços relacionados às atividades de corretagem de seguros diversos (vida, saúde e previdenciários), assessoria e consultoria na análise de riscos.

2 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Adoção inicial de novas políticas normas e alterações

Norma CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras

Aplicável a partir de 01/01/2027, a nova norma contábil busca padronizar a apresentação das DF's, oferecendo aos investidores uma melhor base para análise e comparação, com foco na análise detalhada da Demonstração do Resultado (DR) entre as categorias operacional, investimento e financiamento, refletindo a necessidade de agregação ou desagregação de algumas rubricas. Ainda, a Companhia avalia quais Medidas de Desempenho passarão a incorporar as notas explicativas. Todo o processo está sendo conduzido, de forma diligente e estruturada, com o objetivo de assegurar total aderência às exigências da norma. Essa análise e adequações necessárias refletem o compromisso da Companhia com transparência, consistência das informações e melhores práticas de divulgação. As mudanças afetarão a apresentação e divulgação de informações, mas sem impacto no Lucro Líquido da Companhia.

Emenda Constitucional nº 132/2023 - Reforma Tributária sobre consumo

A Reforma Tributária sobre o consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que criou um modelo de IVA dual, composto pela CBS, de competência federal, em substituição ao PIS e à COFINS, e pelo IBS, de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS, além do Imposto Seletivo federal. A Companhia vem se preparando de forma antecipada, com equipes multidisciplinares, para a implementação da Reforma Tributária, diante da relevância e complexidade da mudança. Estão em andamento algumas adequações em processos internos, sistemas e revisão de contratos, com foco na adaptação aos novos tributos e documentos fiscais. Nas demonstrações financeiras de 2025, não houve impacto da Reforma Tributária, uma vez que os tributos foram calculados conforme a legislação vigente. Os primeiros efeitos devem surgir a partir de 1º de janeiro de 2027.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) – Volume 11:

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se as seguintes normas:

- IFRS 1 – “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro”;
- IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7”;
- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”;
- IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”; e
- IAS 7 – “Demonstrações dos Fluxos de Caixa”. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 09 de junho de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2 Moeda estrangeira

2.2.2.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2 Operações no exterior

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 12- Instrumentos Financeiros.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.2.4 Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os valores recebidos de juros sobre capital próprio das investidas são reconhecidos na rubrica dividendos e juros sobre capital próprio a receber em contra-partida a receita financeira. O valor correspondente ao IR fonte de 15% retido pela investida, é informado em Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF) e são registrados na rubrica de impostos a recuperar. As receitas financeiras de juros sobre capital próprio são tributadas no regime não cumulativo para fins de apuração de pis e de cofins, com alíquotas de 1,65% e 7,65%, respectivamente. As receitas financeiras estão apresentadas líquidas dos impostos Pis e Cofins.

2.2.5 Partes relacionadas

A Companhia faz transações financeiras com suas controladas cujos recursos são aplicados nas atividades de investimento. As operações realizadas não provocam prejuízos aos acionistas não controladores nem, em prejuízo da Companhia, favorecimento de sociedade coligada e controladora ou controlada. Adicionalmente, a Companhia faz transações financeiras com outras partes relacionadas não controladas, cujas condições pactuadas dependem dos montantes, prazos e demais variáveis. As condições contratadas seguem usualmente as praticadas no mercado, sem que haja perda ou favorecimento entre as partes.

2.2.6 Ativos circulantes e não circulantes

Investimentos

O investimento na coligada onde a Companhia possui influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligada e representa o excesso da contraprestação transferida e do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da coligada, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Relacionado ao Mercado

- Propriedade Intelectual - Marca

Relacionado a Cliente

- Carteira de Clientes
- Contratos Consignados

Amortização

- Marca - considerando a relevância do Banco Luso no mercado e seus vários anos de existência, foi utilizada vida útil de 20 anos remanescente para a Marca, conforme expectativa da Administração. Este é um período considerado razoável para que a transferência de atributos da marca adquirida para a marca adquirente seja realizada adequadamente, e minimize a eventual fuga de clientes para a concorrência, e mesmo para o reposicionamento do negócio, sendo este período aplicado para a avaliação da marca do Banco Luso.

- Carteira de cliente - o Índice de Perda de Clientes (*i.e. churn rate*) utilizado foi de 6,0% a.a., reduzindo o total da carteira linearmente por um período de 16 anos e 8 meses, que é consistente com a vida média informada para o relacionamento com clientes dos produtos do Banco Luso.

- Contratos consignados - foi utilizada *churn rate* de 19,6% baseada no prazo médio de empréstimos consignados para funcionários públicos, publicado pelo BACEN para a data-base. Adicionalmente, foi considerada taxa de renovação de empréstimos consignados de 40% até o prazo de vencimento dos contratos. Em 2020 o ativo foi totalmente amortizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

2.2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa .

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, mensurados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

É caixa ou equivalente de caixa.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.

Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.

Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.

A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

a. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas dos imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

c. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Algumas novas normas serão efetivas para os exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

Requer a classificação das receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas em: categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4 Caixa e equivalente de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata – parte relacionada (i)	323	2.297
	<u>323</u>	<u>2.297</u>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas no Banco Luso Brasileiro S.A., onde a taxa média é de 100% do CDI para os exercícios de 2025 e 2024, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

5 Dividendos a receber

Os dividendos a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão representados por juros sobre capital próprio que são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

a. Composição

	2025	2024
Juros sobre capital próprio a receber	9.370	7.592
	9.370	7.592
Total juros sobre capital próprio e imposto de renda retido na fonte	9.370	7.592

b. Movimentação dos saldos

	JSCP	IRRF	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	6.846	3.904	10.750
Aumento de capital na investida com JSCP	(6.846)	-	(6.846)
Juros sobre capital próprio de 2024	7.592	-	7.592
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2024	-	1.138	1.138
Utilização de IRRF a recuperar	-	(598)	(598)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.592	4.444	12.036
Aumento de capital na investida com JSCP	(7.592)	-	(7.592)
Juros sobre capital próprio de 2025	9.370	-	9.370
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2025	-	1.654	1.654
Utilização de IRRF a recuperar	-	(797)	(797)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.370	5.301	14.671

6 Investimentos

	2025	2024
Banco Luso Brasileiro S.A.	131.894	152.723
Ágio - Banco Luso S.A. (j) b	6.069	7.283
Lusoseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda.	4.983	2.588
Adiantamento para compra de ações	11.132	-
Investimentos	154.078	162.594
Intangíveis	916	1.386
	154.994	163.980

a. Composição

	Investimentos em participação societária		Ágio		Saldo final do investimento	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Banco Luso Brasileiro S.A (i)	131.894	152.723	6.069	7.283	137.963	160.006
Lusoseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda. (ii)	4.983	2.588	-	-	4.983	2.588
	136.877	155.311	6.069	7.283	142.946	162.594

- (i) O investimento no Banco Luso Brasileiro S.A. refere-se a 6.304.847 ações subscritas, que correspondem a 41,03% de participação no patrimônio líquido do Banco Luso Brasileiro S.A., em 31 de dezembro de 2025.
- (ii) O investimento na LusoSeg Administradora e Corretagem de Seguros Ltda. refere-se a aquisição de 417 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado, que correspondem a 41,7% de participação no patrimônio líquido da empresa em 31 de dezembro de 2025.

b. Movimentação dos investimentos

Empresa	% Part.	Saldo 2024	Equivalência Patrimonial (ii)	Efeito Reflexo Investida (iii)	Baixa alienação	JSCP	Aumento de Capital	2025
Banco Luso Brasileiro S.A.	41,03	152.723	21.517	(13.664)	(25.251)	(11.024)	7.592	131.894
Lusoseg Administração e Corretagem De Seguros Ltda. (i)	41,70	2.588	2.394	-	-	-	-	4.983
		155.311	23.911	(13.664)	(25.251)	(11.024)	7.592	136.877

- (i) Em 6 de fevereiro de 2024 foi criada a LusoSeg Administração e Corretagem de Seguros Ltda., cujo objeto social são atividades relacionadas à corretagem de seguros diversos (vida, saúde e planos previdenciários), assessoria e consultoria na análise de riscos. A Companhia detém 41,7% de participação no seu patrimônio líquido.
- (ii) O resultado de equivalência patrimonial reconhecido na demonstração do resultado do exercício contém também a parcela relacionada aos juros sobre capital próprio que foi reconhecida em rubrica específica no balanço patrimonial.
- (iii) Refere-se a efeito reflexo da Investida Banco Luso Brasileiro S.A. quando da aplicação da adoção inicial – Resolução n.o. 4.966/21 do CMN. Maiores detalhes vide <https://bancoluso.com.br/relatorios>.

Empresa	% Part.	Saldo 2023	Equivalência Patrimonial (ii)	JSCP	Aumento de Capital	2024
Banco Luso Brasileiro S.A.	49,23	132.502	22.105	(7.592)	5.708	152.723
Lusoseg Administracao E Corretagem De Seguros Ltda. (i)	41,70	-	2.588	-	-	2.588
		132.502	24.693	(7.592)	5.708	155.311

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, durante o exercício 2023, a Companhia iniciou as tratativas para venda de 16,40% de participação no Banco Luso Brasileiro S.A. A transação foi concluída conforme divulgado na nota de eventos subsequentes.

c. Informações relevantes da Companhia investida

Empresa	% Part.	Quant. de ações	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Resultado	
			2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Banco Luso Brasileiro S.A.	41,0269	15.364.847	3.764.217	3.650.154	3.442.736	3.339.931	321.481	310.223	50.031	26.563
Lusoseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda.	41,70	417	12.359	2.691	409	2.691	6.206	1	5.743	2.588
			3.776.576	3.652.845	3.443.145	3.342.622	327.687	310.224	55.774	29.151

A estrutura acionária da Companhia investida Banco Luso Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2025 estavam distribuídas em RC Participações S.A. 41,0269% (em 2024 - 49,2302%), Amorim Aliança BV 32,8184% (em 2024 - 49,2302%), Lusopar 1,5396% (em 2024 - 1,5396%) e K2CR 24,6151 %.

A estrutura acionária da Companhia investida Lusoseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda., constituída em 6 de fevereiro de 2024, estavam distribuídas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com os percentuais de participação dos seus acionistas, sendo: RC Participações S.A. 41,70%, Amorim Aliança BV 33,30% e K2CR Holding Financeira S.A. 25,00%.

d. Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.2.6 a Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos não financeiros de vida útil indefinida, o qual está substancialmente representado pelo ágio de expectativa de resultados futuros provenientes de combinação de negócios na aquisição da participação societária na coligada Banco Luso Brasileiro S.A.

O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), identificada de acordo com o segmento operacional, que nesse caso é representando pelo próprio Banco Luso Brasileiro S.A. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas de acordo com os planos da administração e levados a perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atual.

Principais premissas utilizadas:

As projeções financeiras foram elaboradas em Reais e em termos nominais, ou seja, sem considerar a inflação;

A avaliação desse ativo intangível foi baseada em projeções de receita da coligada Banco Luso Brasileiro S.A. com base no portfólio de produtos financeiros, elaboradas de acordo com as premissas do modelo de avaliação econômico-financeiro da coligada;

As despesas com imposto de renda e contribuição social foram aplicadas e projetadas com base na legislação tributária atual e alíquota aplicável ao negócio da coligada.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A baixa ocorrida ocorreu na transação de alienação parcial de participação societária, como demonstrada na Nota Explicativa 6 j.

e. Intangíveis

	(Anos)	2025	2024
Amortizações dos intangíveis			
Relacionado ao mercado:			
Propriedade intelectual – marca	20	1.617	1.940
Relacionados a clientes:			
Carteira de clientes	16	2.602	3.124
Contratos consignados	8	1.774	2.128
 (-) Amortização acumulada		<u>(5.077)</u>	<u>(5.806)</u>
		<u>916</u>	<u>1.386</u>

f. Propriedade intelectual - marca

O Banco Luso vem atuando há vários anos, tendo sua marca reconhecida na oferta de produtos de carteira comercial, crédito imobiliário, crédito rural e cartão de crédito. A partir de 2011, com a busca de novos acionistas, houve o reposicionamento estratégico do Banco Luso, com o foco passando a ser o setor de transporte público.

Toda a receita é auferida via Marca Banco Luso, não existindo marcas secundárias. Não há expectativas por parte dos novos acionistas de descontinuar a Marca, embora um processo de reposicionamento geral da marca venha sendo implementado.

Consideramos que a Marca Banco Luso, por meio de seu posicionamento estratégico, de característica do mercado e do reconhecimento pelos consumidores, gera benefícios econômicos futuros para o negócio.

g. Relacionados à carteira de clientes

O valor deste relacionamento baseia-se na expectativa de rentabilidade que o relacionamento adquirido por cliente/contrato deve gerar ao Banco Luso. Esta rentabilidade é resultado da recorrência esperada na contratação por estes clientes de produtos do Banco. Esta carteira de clientes adquirida deve obrigatoriamente sofrer redução ("run off") com base no histórico de perda de clientes, determinando sua vida útil e os benefícios que tal grupo de clientes gerará pelo prazo de vida útil remanescente.

Considerando os aspectos acima mencionados, o relacionamento com clientes do Banco Luso apresenta um médio nível de importância para seus compradores potenciais. Os fatores determinantes para a manutenção dos relacionamentos são: oferta, demanda, qualidade e competição.

h. Relacionados a Contratos Consignados

As receitas consideradas para esta carteira foram relativas a empréstimos já existentes e renovações ou recorrências de empréstimos dentro destes contratos entre o Banco Luso e as instituições públicas. Em setembro de 2020 os ativos relacionados a *Contratos Consignados*

foram totalmente amortizados.

i. Movimentação dos intangíveis

	Propriedade Intelectual	Carteira de Clientes	Contratos Consignado	Saldo final
Saldo em 1 de janeiro de 2024	1.940	3.123	2.128	7.191
Amortização Acumulada	(1.255)	(2.423)	(2.128)	(5.806)
Intangível líquido em 31 de dezembro 2024	686	700	-	1.3860
Amortização 2025	(87)	(168)	-	(255)
Baixa do custo pela alienação de part.	(323)	(520)	(355)	(1.198)
Baixa da amortização pela alienação de part.	215	414	355	984
Intangível líquido em 31 de dezembro 2025	490	426	-	916

j. Alienação parcial correspondente a 8,336% do BLB pela acionista VT Cunha

(a) Ganho de capital na alienação do investimento

Para determinar o custo de alienação do investimento baixado, a Companhia considerou o valor do investimento na data da assinatura dos distratos da desistência entre K2CR e RC – 30 de abril de 2025 e o valor residual do ágio (Nota 6e) até a data de 31 de maio de 2025, efetuando a baixa proporcional do seu valor líquido. O ganho líquido da alienação está demonstrado no quadro abaixo:

Receita da alienação da participação	28.380
Baixa do investimento	(25.251)
Baixa do intangível - líquido	(1.429)
Ganho de capital na alienação	1.700

Os valores apurados de IRPJ e CSLL correspondente à transação de alienação de 8,336% de ações do BLB, somaram o montante de R\$ 243 mil, que foram compensados via perdcomp com saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores.

(b) Movimentação do ágio

A movimentação do ágio é como segue:

Ágio na aquisição de investimentos – BLB	7.283
Baixa do ágio na alienação da participação societária	(1.214)
Ágio na aquisição de investimentos - BLB	6.069

A Companhia possui um saldo de ágio (*goodwill*) correspondente à transação de aquisição de participação do Banco Luso Brasileiro datada de 31 de março de 2012. Desde a aquisição, conforme determina a prática contábil, anualmente, são realizados testes de recuperabilidade deste ágio, o qual não foram detectados possíveis perdas por rentabilidade futura no ativo correspondente.

7 Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
PIS - sobre rendimentos financeiros e JSCP (i)	182	126
COFINS - sobre rendimentos financeiros e JSCP (i)	839	578
Parcelamento de tributos federais - PIS e Cofins - Auto de regularização	-	49
	1.021	753

- (i) Refere-se substancialmente a Pis e Cofins sobre JSCP creditados pela investida Banco Luso Brasileiro S.A., o qual serão liquidados via compensação no seu vencimento em janeiro de 2026, com saldos da mesma natureza de períodos anteriores, via PERDCOMP.

8 Dividendos a pagar

	2025	2024
Dividendos a pagar - RuasInvest	15.456	10.740
Dividendos a pagar - VT Cunha	6.548	5.369
	22.004	16.110

a. Remuneração da administração

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma controlada do Grupo RuasInvest, sendo que seus administradores são remunerados por outras Empresas do Grupo Econômico.

9 Outras contas a pagar e a receber

Durante o exercício 2023, a Companhia iniciou as tratativas para venda de 16,41% de participação no Banco Luso do Brasil S.A., os quais correspondem a 33,33% de participação no capital social da RC Participações, pertencentes à sócia VT Cunha Participações Ltda. “vendedor”. O contrato de compra e venda das cotas foi assinado em 20 de outubro de 2023, onde as partes envolvidas realizaram a transação financeira por meio de adiantamentos correspondentes a 50% das ações, representadas por 16,67% do capital social da RC, sendo:

- recebimento via adiantamento no montante de R\$ 28.380 da parte interessada “comprador” correspondente às parcelas 1 e 2 negociadas, registrados na rubrica outras contas a pagar;
- repasse do recurso para o “vendedor”, mediante antecipação no montante de R\$ 27.535.

Respectivo valor está registrado na rubrica de outras contas a receber apresentados líquido dos valores estimados correspondentes ao ganho de capital sobre a transação.

Em função do distrato ocorrido entre as partes envolvidas, houve o registro da transação ref. a alienação das ações, correspondente a 8,335% de participação da VT Cunha no capital social da RC Participações, de modo a refletir a compra das ações da VT Cunha pela RC Participações.

Em 2024, a transação permaneceu em andamento, sem repercussões de ingressos e/ou pagamentos da mesma natureza. Em 2025, as transações foram reconhecidas.

Todos os efeitos em relação à mudança no percentual de participação da RC no BLB, passando de 49,23% para 41,0268% foram reconhecidos na data do distrato entre K2CR e RC Participações em 31 de maio de 2025.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social - subscrito

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações e o capital social subscrito estavam distribuídos entre os acionistas conforme abaixo:

	2025			2024		
	Quantidade de ações	Part. no capital – R\$	Participação em %	Quantidade de ações	Part. no capital – R\$	Participação em %
Acionistas						
Ruasinvest S.A.	55.338.946	66.042	80,00%	55.338.946	55.339	66,67%
VT Cunha Participações Ltda.	13.883.524	16.509	20,00%	27.661.054	27.661	33,33%
	69.222.470	83.000	100%	83.000.000	83.000	100%

Conforme descrito na Nota 9, durante o exercício de 2023 a Companhia iniciou as tratativas para a venda de 16,41% de participação no Banco Luso Brasileiro, os quais correspondem a 16,67% das ações da RC Participações.

Em função, das condições precedentes do BACEN terem permanecido em análise durante todo o período (2023 até 2025), a administração concluiu somente parte da transação de compra e venda de ações após a ocorrência do distrato do contrato firmado entre K2CR e RC Participações, datado de 31 de maio de 2025. Neste momento houve a baixa dos adiantamentos recebidos e consequentemente o reconhecimento da alienação da participação no resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa n.o. 6 j.

Esta transação envolveu a aquisição de 13.827.530 (treze milhões, oitocentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de

propriedade da acionista VT Cunha pelo valor de R\$ 28.329.527,00 (vinte o oito milhões, trezentos e vinte e nove e quinhentos e vinte e sete reais). As ações foram mantidas em tesouraria e posteriormente canceladas, sem redução do valor do Capital Social, conforme Artigo 30, §1º, “b”, da Lei nº 6.404/76.

A movimentação das ações é como segue:

	Quantidade de ações		Cancelamento de	Quantidade de ações	
	sem valor nominal antes da alienação	Participação em %		sem valor nominal após a alienação	Participação em %
Acionistas					
RuasInvest S.A.	55.338.946	66,67%		55.338.946	80,00%
VT Cunha Participações Ltda.	27.661.054	33,33%	(13.827.530)	13.833.524	20,00%
Total	83.000.000	100,00%		69.172.470	100,00%

b. Capital social – integralizado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações e o capital social subscrito e integralizados entre os acionistas conforme abaixo:

	2025			2024		
	Quantidade e de ações	Part. no capital – R\$	Participaçã o em %	Quantidade e de ações	Participaçã o no capital – R\$	Participaçã o em %
Acionistas						
Ruasinvest S.A.	54.979.464	66.042	80,00%	55.105.983	55.106	66,67%
VT Cunha Participações Ltda.	13.743.654	16.509	20,00%	27.444.665	27.445	33,33%
	68.723.118	82.551	100%	82.550.648	82.551	100%

c. Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e. Dividendos

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	24.818	24.356
Constituição da reserva legal (5%)	(1.241)	(1.218)
Base de cálculo dos dividendos	23.577	23.138
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	5.894	5.785
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	24%	25%

f. Destinação de resultado

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado pelos acionistas em AGO.

11 Despesas operacionais

	2025	2024
Despesas gerais e administrativas (i)	(111)	(217)
	(111)	(217)
Outras despesas operacionais, líquidas (ii)	(255)	(288)
	(255)	(288)

(i) A Companhia possui despesas gerais e administrativas, em sua maioria referente a prestadores de serviços de consultorias financeiras e auditorias.

(ii) Outras despesas operacionais líquidas referem-se à amortização dos ativos intangíveis (Nota 6).

12 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;

Risco de moeda; e

Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Valores a pagar	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 - 12 meses	Mais de 12 meses
Dividendos a pagar	22.004	22.004	-	22.004	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
	22.004	22.004	-	22.004	-

b. Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não trabalha com a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial.

A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

c. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de aplicações financeiras. A Companhia não possui tais aplicações em 31 de dezembro de 2025 e

2024.

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente à administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia abaixo, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Aplicações financeiras	323	2.297
Dividendos a receber	9.370	7.592
Outras contas a receber - Partes relacionadas	-	27.535
Outras contas a receber	-	630
	<u>9.693</u>	<u>38.054</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	7	4
Dividendos a pagar	22.004	16.110
Outras contas a pagar	-	28.380
	<u>22.011</u>	<u>44.494</u>

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Aplicações financeiras	323	2.297
Dividendos a receber	9.370	7.592
Outras contas a receber - Partes relacionadas	-	27.535
Outras contas a receber	-	630
	<u>9.693</u>	<u>38.054</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	7	4
Dividendos a pagar	22.004	16.110
Outras contas a pagar	-	28.380
	<u>22.011</u>	<u>44.494</u>

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

De acordo com o processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, todos estão classificados no Nível 2.

13 Eventos subsequentes

a) Compra do controle do Banco Luso Brasileiro S.A.

Em 27 de março de 2026, por meio do Ofício nº 14.722/2026-BCB/Deorf/GTSP3, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União, de 27 de março de 2026, o Banco Central do Brasil aprovou a alteração do controle direto e final do Banco Luso Brasileiro S.A. na acionista RC Participações S.A. Em decorrência da referida aprovação, a composição acionária da Companhia será alterada, com a saída da Amorim Aliança B.V. do quadro de acionistas.

Em 23 de abril de 2026, a RC Participações S.A. celebrou o Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmado com VT Cunha Participações Ltda., estabelecendo a aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações remanescentes detidas pela VT Cunha Participações Ltda., correspondentes a 16,67% do capital social da RC Participações S.A.

As informações relativas a valores, pagamentos e demais reflexos financeiros decorrentes das referidas operações serão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras do exercício de 2026.
